

Participação Comunitária e Envolvimento Sustentável

Ana Flávia Andrade de Figueiredo¹

Resumo

Com o objetivo de gerar algumas reflexões acerca do processo de apropriação comunitária dos projetos de desenvolvimento turístico, este artigo discute as interfaces entre desenvolvimento e envolvimento, individuação e comunidade, estratégias de participação e maniqueísmo acadêmico e, por fim, entre a dialogia que de fato temos nos proposto enquanto universidade, espaço de interlocução entre os diversos saberes, junto à sociedade. Para tais propósitos nos debruçaremos acerca das idéias e práxis propostas pelo cientista da complexidade Edgar Morin, pelo antropólogo e teórico do imaginário Gilbert Durand, pelo pesquisador em turismo Collin Michael Hall, além do especialista em conservação ambiental Virgílio Santana. Entrelaçada à análise teórica, são apresentados dados empíricos obtidos a partir da experiência de visitas técnicas realizadas e práticas de ensino desenvolvidas no âmbito do planejamento de oficinas participativas junto aos alunos de disciplinas de Planejamento e Organização do Turismo 1 do Núcleo de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco entre os anos de 2006 e 2008.

Palavras-chave: Envolvimento. Individuação. Participação comunitária.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

Para iniciarmos nossas reflexões, penso ser interessante apontarmos desde já o que aqui queremos chamar atenção enquanto contraponto: desenvolvimento turístico/ envolvimento comunitário. Em um primeira instância, verifica-se a ausência de uma dialogia entre os dois elementos – que para Edgar Morin ultrapassaria a esfera da união, da síntese de contrários, perpassaria a anuência de seus próprios paradoxos e assumiria suas complementaridades, concorrências e dependências.

O desenvolvimento turístico, ao longo de muitas décadas, tem assumido um caráter messiânico de geração de oportunidades para todos. Imagens produtoras e produzidas de espaços amplos, modernos, tecnológicos, ou ditas de outra forma: novas arquiteturas, novas paisagens..., enfim, transformam o habitat em uma velocidade que por vezes comprimem abruptamente as fronteiras entre os cantos mais íntimos de um *cotidianum* e a revolução externa cada vez mais distante, em seu mais profundo paradoxo.

Em uma breve, mais ainda sim impactante retomada histórica das Políticas Públicas de Turismo empreendidas em nosso país, verifica-se a recorrência de um modelo fomentador de distanciamentos múltiplos – por isso, o jogo semântico com o *des*-envolvimento, aqui retomado do último Ciclo Internacional de Estudos do Imaginário, realizado em outubro de 2008 em Recife. Esquecemos do humano *complexus*, subtraindo-o como consumidor ou produtor, em um universo social de múltiplas identidades pulsantes. Fragmentam-se os laços e redes sociais em prol de um discurso desenvolvimentista incapaz de introduzir o homem em sua completude e em seu papel de tomada de decisões. Em verdade, é uma questão de tecer juntos estratégias.

Durante os anos 70 e 80, presenciamos ações, não diria políticas, concentradas, segmentárias, de captação e financiamento de empreendimentos turísticos, promotores de forte processo de exclusão sócio-cultural, do litoral ao sertão brasileiro. Os anos 90 não foram tão diferentes, desapropriações, grandes complexos turísticos..., mas uma metodologia com foco na participação dos cidadãos, proposta pela Organização

Mundial do Turismo foi adotada com certa ansiedade e pulando etapas essenciais de estruturação. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo direcionava a responsabilidade para as micro esferas públicas e societárias sem, no entanto, instrumentalizá-las coerentemente. Seu segundo princípio norteador de mobilização versava sobre: *“Estimular a comunidade a atuar e a decidir na busca de alternativas e objetivos comuns, delineando diretrizes que possam orientar a elaboração de projetos de turismo sustentável, que expressem a visão de futuro da comunidade”* (1994). As conseqüências geradas pelo desgaste ocasionado no percurso entre expectativas e poucos resultados pode ser sentido ainda hoje em muitas comunidades/ cidades participantes do programa.

O Programa de Regionalização do Turismo (2003-2007/2007-2010), por sua vez, possui como vetores, entre outros, a redução das desigualdades regionais o que implica em uma atuação contundentemente não concentrada. Em algumas de suas dimensões tanto de planejamento como de execução de programas, insere-se como premissa a esfera participativa. A atuação do Conselho Nacional de Turismo, dos Fóruns Estaduais, dos Conselhos de Pólo e Municipais, além do desenvolvimento da Metodologia de Inventariação Turística a partir da atuação em conjunto dos órgãos oficiais de turismo e instituições de ensino superior são exemplos desta busca de firmação do modelo.

Importante perceber que a metodologia participativa tem se tornado um paradigma no Planejamento e Organização do Turismo, contudo, a prática vem mostrando que em termos de método, temos muito ainda a refletir, pois muitas vezes tem se visto um descolamento entre teoria e práxis social. A teoria fundamenta a prática de campo, mas não apenas. Ela é responsável por orientá-la, compreendê-la, praticá-la. A conjunção entre os dois momentos é que possibilita a constante reflexão e reconstrução do próprio fazer que se anseia participativo. O conhecimento produzido durante uma oficina, uma reunião, uma festa local pode revelar, inclusive, limitações da própria teoria e forçar sua renovação, pois faz com que os enfrentamentos tornem-se de certo modo mais evidentes e por vezes conflituosos.

Desenvolvimento/ Envolvimento e a participação comunitária

As interfaces entre desenvolvimento/ envolvimento giram em torno fundamentalmente de um imaginário coletivo difundido e polarizado através de imagens arquetípicas propagadas a partir de interesses de grupos minoritários balizados por uma mídia em grande parte irresponsável. Nossa preocupação aqui é, desse modo, refletir como as comunidades percebem e enfrentam essa dinâmica que, mesmo em um primeiro momento se fazendo velada, rapidamente se descortina através do sentido de perdas e fendas que vão se formando ao longo de ações implementadas.

Como nossas políticas geralmente nascem de cima para baixo, a participação comunitária tende a se tornar utilitária de maneira a legitimar tomadas de decisão feitas à distância. Muitas vezes são convidadas na construção de um diagnóstico sem, contudo, serem envolvidas

“em todas as etapas de um projeto de intervenção: concepção, implementação e avaliação (...) Mais raro ainda são as iniciativas que se preocupam em capacitar técnicos e pesquisadores para a utilização de métodos que criem uma participação efetiva, obedeçam um código de ética básico e resultem numa transferência de poder” (VIANNA, 2000).

Vírgilo Vianna, que dentre um currículo extenso entre academia, instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos, tornou-se o primeiro Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, em conferência recente no XV Ciclo Internacional de Estudos do Imaginário, lembrou: *“mato, o que é mato no imaginário das pessoas? É sinônimo de desleixe, de abandono... A primeira coisa que uma pessoa faz ao comprar um sítiozinho no interior é capinar tudo, plantar grama”*. Para o exercício ético no trato com a natureza e com o homem, precisamos subverter a noção de *mato*. O homem tem se distanciado e procurado se fincar do outro lado da natureza. Mesmo nos discursos mais politicamente corretos, o que subjaz por vezes é ainda uma lógica de apropriação, de superioridade (o homem x natureza) ou, ainda, de que conservação tornou-se entrave ao posicionamento do país no dito primeiro mundo.

O termo *des-envolver* é aqui reforçado por constituir uma espécie de retrato do que vem sendo construído no setor turístico em nosso país e em especial em regiões mais afastadas dos grandes centros. Existe um certo paralelismo entre a chegada de um grande investimento - externo, por via de regra – e a perda do envolvimento econômico, social, cultural das comunidades locais. Vide os municípios de Gravatá... Este desenvolvimento vai acumulando espaços, retirando-os de seus antigos proprietários de

direito e forçando uma aderência às novas atividades atreladas à cadeia produtiva do turismo. Conduto, de maneira a legitimar financiamentos e discursos de inclusão social, governamentais e privados, oficinas de sensibilização e capacitação são promovidas. A decisão primeira de estimular e/ou apenas ordenar o crescimento da atividade turística na região, já fora tomada pelas autoridades competentes.

A falta de conhecimento dos tomadores de decisão em relação à realidade local, também se torna elemento difusor deste sistema de exclusão. A prática do Diagnóstico Participativo, quando feito a partir de princípios éticos, preocupando-se com questões como processos de significação e relações sociais, interesses individuais e coletivos, ansiedades, expectativas criadas, receios e dificuldades apontadas, possuem a capacidade de gerar interpretações mais próximas à realidade e de estimular a apropriação e posicionamentos políticos firmes. Ao sentir-se parte, a compreensão do sistema em que se está envolvido, e que se discute naquele momento enquanto propulsor de mudanças, torna-se algo mais natural e a todo tempo reconstruído por suas próprias bases.

“Hoje, a nossa necessidade histórica é de encontrar um método que detecte e não que oculte as ligações, as articulações, as solidariedades, as implicações, as imbricações, as interdependências, as complexidades. É preciso começar pela extinção das falsas transparências.” (MORIN, 2005:29).

Os sistemas sociais produzem estruturas não materiais: valores morais, significações imaginárias, e foi sobre esta égide que surgiu o questionamento sobre o termo desenvolvimento. A crítica segundo Virgílio Vianna foi feita por um Caiçara de Paraty, chamado Perequê:

“Para o Caiçara de Paraty, a chegada da estrada Rio-Santos nos anos 70 significou o começo da era do des-envolvimento. Até então, há alguns séculos, as populações caiçaras tinham uma vida muito adaptada às características das florestas, rios e mares das suas regiões. Era uma vida intensamente envolvida com a natureza. (...) Era um calendário de atividades muito intenso, de muito trabalho, desconhecido pela maior parte das pessoas dos centros urbanos. Com a chegada da Rio-Santos, chegou o des-envolvimento. O Caiçara, assediado por turistas deslumbrados pela pureza e beleza de suas terras, não resistiu à tentação e trocou seus terrenos por um "monte de dinheiro". Depois de alguns anos na cidade, o dinheiro se mostrou pouco e fugaz, e chegou a dor da fome, a tristeza da pobreza, a angústia da prostituição e marginalização dos filhos, e a saudade da terra natal. Chegou também o conhecimento sobre o que era des-envolver”. (VIANNA, 2000).

A partir de tais reflexões, surge o desafio. Como empreender uma postura fenomenológica de entrega absoluta e aproximação no corpo do *entre* sujeito–sujeito e não do pesquisador/gestor e seu objeto de pesquisa/gestão? Primeiramente, a fenomenologia implica em tomar o ser humano em suas características mais profundas, tomando-o enquanto indivíduo, não simplesmente olhando um todo homogêneo e, portanto, estático. O desafio também implica na dialogia *entre* os saberes sensíveis-técnico-científicos.

Há diversas metodologias participativas. A noção pluralista a que nos referimos deve-se evidentemente à diversidade de propostas e teorias empreendidas. A pedagogia de Paulo Freire onde o aprender fazendo, reavaliando sua própria prática junto ao outro, é deveras aplicada em oficinas, por outro lado, na prática, uma premissa fundamental para Freire - a que toda educação deva ser uma educação política - esbarra em questões de transparência e no jogo de interesses por vezes pré-estabelecido do conjunto de atores partícipes de uma proposta de planejamento e organização integrada do turismo. Em algumas ocasiões o participativo é entendido como reuniões por grupos específicos da cadeia produtiva, em outras por encontros com lideranças locais, e, ainda, por reuniões entre as diversas esferas públicas e da iniciativa privada com maior poder relativo (acesso à mídia, recursos financeiros principalmente).

Colin Michael Hall, com a colaboração de MacArthur (apud HALL, 2004) desenvolveu uma metodologia capaz de auxiliar o planejador no desenvolvimento das estratégias de envolvimento comunitário. Em verdade, trata-se de um mecanismo de análise das partes interessadas por alguns pesquisadores já operacionalizadas, contudo, destaco-a neste momento, pois esta se tornou base do trabalho em sala de aula mais adiante apresentado. Consiste basicamente em:

Quadro 1: Metodologia Participativa de Michael Hall.

1. Identificar e conhecer as principais lideranças e representantes sociais/ culturais,
2. Identificar se a situação atual deixa de atender seus objetivos/interesses e quais são os objetivos, metas, prioridades e valores das partes interessadas;
3. Aprender a confiança dos atores em um processo colaborativo e de geração de resultados positivos;

4. Analisar se há paridade entre as partes interessadas a partir de critérios pré-estabelecidos (acesso à mídia, recursos financeiros, capital humano, à administração pública...) e apontar probabilidade de formação de micro coalizões entre as partes;
5. Esclarecer os objetivos - da parceria;
6. Avaliar até que ponto sua instituição tem atendido aos interesses das partes interessadas (no caso, a universidade).

Fonte: Segundo Roberts e King (1989); Hall e MacArthur (1996). In: HALL, 2004: 120. (adaptado pela autora)

Tendo esta estrutura base discutida em sala, assim como seus benefícios, cuidados e ajustes necessários, desenvolvo junto aos alunos de Planejamento e Organização do Turismo 1, processo de Desenho e Análise do Sistema Turístico em questão e de maneira mais precisa o desenho do cenário com foco nas Partes Interessadas. A partir deste exercício, o desafio lançado é de planejar e operacionalizar, ainda em sala, uma proposta de Oficina Participativa (com objetivos – metodologia – público-alvo – orçamento – cronograma – programação) com os atores conhecidos durante um diagnóstico inicial.

A atividade é fundamentada naquilo que Gaston Bachelard defende: não devemos nos limitar nos esforços isolados do conhecimento, mas devemos ir em busca de suas seqüências e na metamorfose da própria percepção. O mesmo cita P. Guillaume: Só mais tarde... as percepções manifestam uma constância suficiente para permitir a conceptualização”. (BACHELARD, 2004:251). Nesta perspectiva, em que o conhecimento parece ir do objetivo ao campo pessoal, os alunos assumem papéis outros e exercitam o conflito de responderem a partir da percepção que tiveram acerca de atores entrevistados em visitas técnicas e a partir de suas próprias visões.

O mais importante assim, para quem participa das oficinas em sala é o exercício da construção do conhecimento onde o “eu” jamais é subtraído, ao contrário, assumidamente presente e revelador, está durante toda a prática, inclusive por quem coordena as oficinas, revelando a complexidade dos sujeitos não cristalizados em uma única identidade. Por que isso? Tendemos a perceber os participantes de uma oficina enquanto líder comunitário, funcionário de um restaurante, secretário de turismo, caseiro e agricultor. Mas as identidades são multidimensionais.

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

“É sem dúvida por isso que em sociologia a noção de papel foi progressivamente desaparecendo. Como os indivíduos não querem ser <<atores>>, e como sonham com espaços onde têm a sensação de não estar a representar, muitos sociólogos adotaram a linguagem da identidade...” (SINGLY, 2006:100).

Ora, não queremos aqui polemizar uma questão de semântica ou nomenclatura, mas chamar a atenção do indivíduo em sua complexidade que se dá a ver a partir do outro, do conflito, da consonância, da separação, da união com este outro de si e com a comunidade do qual faz parte e representa. Em Turismo, categorizamos e classificamos turistas, destinos, atividades... Reforçamos diferenças ao ponto que se verifica uma urgência de retorno à expressão da universalidade da expressão humana. Somos talvez um pouco mochileiros, ecoturistas, turistas de massa... queremos defender meios naturais e antigas tradições, mas ansiamos por melhores condições de vida também, e a curto prazo...

Ao praticarmos a oficina em sala de aula, onde preconceitos são revelados, percepções são remodeladas e o conhecimento é *bricolado* – termo criado pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss que envolve uma verdadeira colagem de partes, resíduos, imprimindo-lhes novos arranjos na criação de signos e significados – objetivamos gerar neste ambiente uma atitude mais responsável que compreende a comunidade em sua totalidade e que dar a ver suas próprias convicções. É fundamental revertermos o distanciamento do homem com seu meio natural, suas tradições, pois ao possibilitar o envolvimento das comunidades com estes, os vínculos com tais elementos, além dos laços sociais, são reforçados, o que fortalece a capacidade de organização, de reivindicações, resistências e apresentação de alternativas pela própria comunidade, cujo saber adquirido ao longo do tempo, baseado em grande experimentação, pode gerar respostas mais sustentáveis às intervenções necessárias.

Em uma Visita Técnica realizada no último mês de setembro no distrito de Serra Negra, município de Bezerros, distante em 100 km de Recife, no agreste de Pernambuco, aspectos relevantes quanto à dinâmica de organização social local foram apreendidos e merecem aqui ao menos uma breve reflexão. Na oportunidade, foi realizada uma auditoria das partes interessadas no município, seguindo a metodologia proposta por Michael Hall (2004), sendo rapidamente observada uma bipolarização de

lideranças locais. Na região mais rural da Serra, que inclusive possui uma área de reserva municipal, é possível perceber duas plataformas, uma Associação de Moradores cujas principais lideranças são formadas por pessoas que chegaram à Serra Negra há poucos anos para morar ou empreender equipamentos turísticos e uma Associação de Moradores com lideranças mais antigas. Em alguns pontos as reivindicações se encontram, contudo, em outros se percebe claramente que interesses e valores são díspares.

Vale ressaltar neste cenário um rápido esvaziamento de moradores que venderam suas casas ou pedaços de terra - de um pouco mais de trezentas casas presentes na vila central do distrito, mais da metade já foi vendida - para aqueles que a literatura do turismo classifica como turistas de segunda residência, transformando-se em seus caseiros ou em alguns casos, deixando de fato a Serra para tentar outras oportunidades na região. Há menos de dois anos cinco hectares de terra podiam valer R\$5.000,00, atualmente variam entre R\$50.000,00 e R\$100.000,00, dependendo da localização.

O município de Bezerros possui uma Secretaria de Turismo composta por uma turismóloga, estagiários do curso de turismo e o Secretário que, com formação em Engenharia, realizou uma especialização em Turismo no Recife. Possui um Conselho Municipal de Turismo, uma Associação dos Artesãos e uma Associação dos Feirantes, além das já citadas em Serra Negra. Percebe-se que para os munícipes de Bezerros, cidade com população de cerca de 56.629 habitantes (IBGE, 2007), Serra Negra é quase uma cidade à parte, alguns nem a conhecem. Da mesma forma, percebe-se este sentimento entre os moradores da Serra. Talvez pelo difícil acesso, principalmente em períodos de chuva, os moradores de Bezerros apenas sobem a Serra durante os eventos que ali acontecem durante a Semana Santa, o São João e o EcoFestival.

Foram entrevistadas lideranças locais, uma amostra de 30 turistas e 70 moradores, invernistas, artesãos, proprietários de estabelecimentos diretamente ligados à atividade turística, o responsável pelo Programa de Capacitação local e pela Revisão do Plano Diretor, o Secretário de Turismo e sua equipe, funcionários dos museus e espaços culturais. Com o arcabouço dos dados, o desenho e análise sistêmica construída, partimos para o exercício das oficinas. Ao início das mesmas, os grupos que

irão coordená-las distribuem na sala os papéis que serão assumidos pelos demais, assim, uma significativa parcela de entrevistados ganham representação na prática de sala de aula.

Foto 1: Desenho do Sistema de Bezerras, 2008.



Em oficinas preparadas por turmas de Planejamento e Organização do Turismo 1, os alunos propõem:

Quadro 2: Programa de Oficina elaborado pelos alunos.

Dinâmica com bexiga e papel:

Objetivo: analisar como cada ator irá se comportar no processo participativo e análise de responsabilidades.

Forma-se um círculo, uma bexiga vazia para cada participante, com uma tira de papel dentro (que terá uma palavra para o final da dinâmica). O facilitador dirá para o grupo que aquelas bexigas são os problemas que enfrentamos no planejamento participativo (de acordo com o interesse de cada um). Cada participante deverá encher sua bexiga e brincar com ela jogando-a para cima com as diversas partes do corpo, depois com os outros participantes sem deixar a mesma cair. Aos poucos o facilitador pedirá para alguns dos participantes deixarem sua bexiga no ar e sentarem, os restantes continuam no jogo. Quando o facilitador perceber que quem ficou no centro não está dando conta de segurar todos os problemas pedirá para que todos voltem ao círculo e então pergunta para quem ficou no centro o que sentiu quando percebeu que estava ficando sobrecarregado e, a quem saiu, o que sentiu. Depois o facilitador pedirá que os participantes estourem as bexigas e peguem o seu papel com o seu ingrediente, um a um, deverão ler e fazer um comentário para o grupo, o que aquela palavra significa para ele.

Alunos: David Sabino, Flávia Gomes, Marcela Penha, Maria Rebecka Linares, Natália Lima e Rômulo Torres. Recife, 2008.

Foto 2: Atividade de Oficina em Sala



Quadro 3: Programa de Oficina elaborado pelos alunos.

Dinâmica 2:

Conhecer o que realmente representa o turismo e todos os seus impactos para a comunidade, além de como a comunidade se vê.

Solicita-se aos participantes que pensem como representariam visualmente alguém da comunidade, um deles; é distribuído material para os desenhos: folhas de papel e lápis colorido; a cada participante será solicitado que desenhe uma parte do corpo: cabeça, olhos, nariz, boca, corpo, mãos e pés de alguém da comunidade; após cinco minutos, o material é recolhido pela equipe coordenadora da oficina; posteriormente o mesmo processo é feito pensando na representação visual do turista; os participantes novamente possuem cinco minutos; por fim, os modelos são montados e é solicitado aos participantes que identifiquem as diferenças e semelhanças e dêem possíveis razões para a existência delas.

Abre-se o debate.

Alunos: Arthur Filipe, Denise Dutra, Medéia Veríssimo, Narja Corrêa, Sibely Marques. Recife, 2008.

Percebe-se que entre os próprios alunos participantes da oficina não há consenso sobre quais deveriam ser efetivamente os caminhos a serem tomados e o que seria preciso transformar *de dentro para fora*. Todo processo de mudança, inclusive sobre como nós enxergamos o campo, apenas pode se dar nesta direção. Provavelmente porque a teia de todos os saberes não foi construída.

“**O conhecimento do conhecimento obriga**. Obriga-nos a assumir uma atitude de permanente vigília contra a tentação da certeza, a reconhecer que nossas certezas não são provas da verdade, como se o mundo que cada um vê fosse **o mundo** e não **um mundo** que construímos juntamente com os outros. Ele nos obriga, porque ao saber que sabemos não podemos negar que sabemos”. (grifo dos autores). (MATURANA e VARELA, 2005: 267).

Os autores acima, ao tratarem fundamentalmente do fenômeno do encontro, das percepções de si através do outro, constroem uma expansão da visão de realidade que nos obriga a assumir a responsabilidade da consciência de que nosso olhar de planejadores também altera a realidade. Estes diálogos ou dialogias servem de base para uma nova composição de pesquisa em campo e de posicionamento cotidiano, em que a noção de sujeito-sujeito, de construção do conhecimento *com* o outro, torna-se força motor do universo de envolvimento sustentável, a partir de uma profunda participação comunitária.

Conclusão

Temos experienciado hoje no mundo reflexões pertinentes acerca da base em que sedimentamos nossa sociedade: uma economia de mercado com permutas e valores estabelecidos a partir de noções de capital fluido onde os bens não têm seu valor reconhecido de maneira concreta, mas a partir das expectativas do próprio mercado com

fins a estabelecer liquidez ao mesmo, ocasionando por vezes a perda da ciência do valor real do produto. Esquecemos da parte humana nas relações de troca e este *desenvolvimento*, produtor de uma grande fragmentação nos laços sociais, tem sido questionado e subvertido a partir da emergência de micro e médias iniciativas em todo o mundo que travam uma luta no caminho inverso, do envolvimento. Cada vez mais os sujeitos impõem a retomada de um posicionamento ativo em todas as esferas de negociação.

Seria necessário, desse modo, repensar nossos métodos de trabalho com comunidades. Tomar o sistema através do profundo conhecimento acerca das relações e organizações sociais, da constituição dos vínculos, sobre que pilares se estabelecem confiança e conflito, e dos mitos que subjazem seu fazer cotidiano. Não pretendo defender uma proposta metodológica própria da antropologia, sociologia ou outra, mas propor, de fato, uma *religação* dos saberes, tão cara aos pensadores da complexidade.

Que Turismo temos todos ajudado a construir? Novos rumos são exigidos, inclusive em toda a base do sistema econômico que hoje conhecemos. Precisamos subverter a noção de exclusão de saberes, de indivíduos, de comunidades e disciplinas. Numa atitude política em que as comunidades são percebidas em sua totalidade e autoridade.

Referências Bibliográficas

BACHELARD, G. **Ensaio sobre o Conhecimento Aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DURAND, G. **Campos do Imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Turismo Contexto).

IBGE, 2007. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 09 de outubro de 2008.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. 5. ed. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MORIN, E. **O método I: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

VIANA, V. M. **Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras**. Trabalho apresentado no Seminário Alternativas de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais no Vale do Ribeira, 1999. In: <http://www.ctarvoredavida.com.br/xps/modules/articles/article.php?id=18> acesso em 09 de outubro de 2008.